

XI Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística

Realizou-se nos primeiros dias do mês de setembro do corrente, a décima primeira Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que vem promovendo regularmente, com pequenos intervalos, reuniões desta natureza, onde são examinadas e traçadas as normas técnicas e administrativas que regem a instituição. A reunião dêste ano ocorreu no Distrito Federal, na sede do I.B.G.E. a da ala da Estatística, e na sede do C.N.C. a da ala da Geografia.

A solenidade de instalação contou com a presença de altas autoridades do mundo oficial e científico, além dos representantes de todos os Ministérios e dos Estados e Territórios junto à Assembléia e realizou-se a 1.º de setembro no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do general DJALMA POLLI COELHO, presidente do I.B.G.E.

No ato inaugural, o general DJALMA POLLI COELHO, pronunciou o discurso abaixo, onde salienta as realizações levadas a efeito pelo I.B.G.E., no interregno da última à presente Assembléia.

“Ao abrir os trabalhos desta Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística quero congratular-me, em nome do governo da República com os ilustres representantes dos serviços geográficos e estatísticos dos Estados e dos Territórios. Quero igualmente congratular-me com os dignos representantes federais, dos Ministérios, da Prefeitura do Distrito Federal e das entidades filiadas aos órgãos deliberantes do I.B.G.E., alguns dos quais comparecem a esta magna reunião pela primeira vez.

É esta a XI Assembléia Geral do I.B.G.E. Desde 1936, têm sido realizadas as reuniões magnas, que são verdadeiras prestações recíprocas de contas, entre as esferas administrativas da União e dos Estados e Territórios, empenhadas que se acham tôdas no programa de fazer mapas e estatísticas, para a nação.

Nessas reuniões, tem sido possível assinalar alguns progressos substanciais, no

desenvolvimento daquele programa que, afinal de contas, não é outra cousa senão o inventário, que precisamos cada vez mais aperfeiçoar, do nosso potencial territorial, a cargo da Geografia, e do nosso potencial humano, a cargo da Estatística.

No período decorrido desde o encerramento da Assembléia Geral de 1950 até a abertura da atual, o Brasil conheceu uma mudança em sua situação política interna, com o advento do novo governo do senhor GETÚLIO VARGAS, que foi o criador, em seu governo anterior do nosso Instituto. Sendo o atual presidente da República um grande amigo e animador das atividades geográficas e estatísticas, cuja importância, utilidade e necessidade urgente S. Ex.^a reconhece no mais alto grau, podemos e devemos esperar que, tão logo se amenize a grave situação financeira que o Governo defronta, os interesses gerais da Geografia e da Estatística nacionais serão ainda melhor atendidos.

A mudança do governo, como era de esperar, deu lugar a modificações na administração do I.B.G.E., ocasionando a minha investidura na presidência, por escolha pessoal do chefe da nação.

Desejo de fazer com que ambas as alas dêste Instituto fôsem dirigidas por distintos e ilustres brasileiros, desde longa data integrados em suas atividades escolhi e nomeei para os cargos de secretários-gerais o tenente-coronel EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA e o Dr. VALDEMAR LOPES.

É com êsses dois nomes à sua frente que o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística comparecem a esta Assembléia Geral, em que vão ser estudados, em comum com os senhores delegados dos departamentos correspondentes dos Estados e dos Territórios, os novos problemas que nos tiverem sido sugeridos pelas atuais circunstâncias.

Devo aqui lealmente dizer que a nova administração do I.B.G.E. contando apenas 4 meses de existência, não pode apresentar uma contribuição para esta Assembléia tão valiosa quanto desejaria fazê-lo. Teve de começar solicitando ao senhor presidente da

República o adiamento da realização da Assembléa, do mês de julho para o de setembro, a fim de poder preparar as medidas que eram indispensáveis para o melhor êxito dos trabalhos que temos agora de levar a efeito.

Num programa mínimo de modificações que teve de realizar, foi necessário contar com certa margem de tempo. Mas já agora a situação permite que encaremos as tarefas que temos diante de nós.

Os votos que faço neste momento, como presidente do Instituto, são para que os trabalhos possam decorrer num ambiente de perfeita harmonia e de franca camaradagem, a exemplo dos anos anteriores e, também,

atingir a significação real e profunda do que estamos fazendo. Se conservarmos o prumo na mão, se formos capazes de assegurar a plena utilidade de nossos esforços afastando tudo o que não seja realmente pertinente à nossa missão então teremos correspondido às esperanças do Brasil.

Lamento não haver sido possível distribuir aos senhores delegados o relatório anual de 1950 do I.B.G.E.

Aliás, os relatórios de 1948 e 1949 ainda não puderam ser distribuídos, embora já se encontrem elaborados.

O Serviço Gráfico demasiadamente sobrecarregado com a impressão do material



Fig. 1 — Mesa que dirigiu os trabalhos de instalação da XI Assembléa Geral do I.B.G.E., realizada no salão de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1.º de setembro de 1951. Além do Sr. Gen. Djalma Polli Coelho, presidente do I.B.G.E., que está de pé lendo o discurso inaugural, vêm-se da esquerda para a direita, o Gen. Jaguaribe de Matos; o representante do Ministério da Marinha; Eng.º Alcides Lins; Dr. Edgar Teixeira; Cel. Edmundo Gastão da Cunha, e Dr. Valdemar Lopes.

para que a Assembléa Geral de 1951 venha a produzir os mais benfazejos frutos para a nação, no importante domínio de suas atividades que nos está entregue.

Essa atividade, na esfera federal, estadual e municipal, já tem merecido aplausos, quer de nossos patrióticos, quer de várias entidades estrangeiras.

Entretanto, somos perfeitamente conscientes da realidade. Não nos queremos enganar com o mero aspecto das cousas. Faremos uma grande obra somente se nos mantermos vigilantes e precavidos, buscando

necessário ao censo de 1950, não pôde aprontar tais relatórios os quais, entretanto, dentro em breve poderão ser divulgados.

Cabe-me agora fazer-vos uma breve síntese das principais realizações do Instituto, no período que vai do encerramento da Assembléa Geral de 1950 até a abertura da atual.

Conselho Nacional de Geografia — As atividades do C.N.G., no período 1950-1951, consistiram principalmente em trabalhos técnicos das Divisões de Geografia e Cartografia.

Quanto à primeira, houve 13 viagens de estudos que cobriram considerável área de território nacional. Houve duas excursões ao Território do Amapá, duas outras no Nordeste, três na região Centro-Oeste.

Dessas excursões resultaram diversos trabalhos alguns já escritos e outros em preparação, destinando-se todos à publicação, após os necessários exames e críticas.

No desempenho dos trabalhos que se relacionam com o convênio celebrado entre o Conselho e a Comissão do Vale do São Francisco, foram elaborados 21 mapas da bacia desse rio, com todos os textos explicativos que correspondem a esses mapas.

Foram realizados trabalhos para o *Atlas Geral da Colonização do Brasil*, para o *Atlas Econômico da Bahia*, para a delimitação da floresta amazônica e para os mapas econômicos do Planalto Central, para onde está prevista a mudança da capital da República.

Foram publicados 4 números da *Revista Brasileira de Geografia* e 10 números do *Boletim Geográfico*.

Estiveram em contacto com a Divisão de Geografia realizando estudos e trabalhos, os técnicos estrangeiros LEO WAIBEL, GOTTFRIED PFEIFER e PRESTON E. JAMES. Esse contacto com técnicos estrangeiros de nomeada, tem sido muito proveitoso para os nossos geógrafos.

Quanto à Divisão de Cartografia, houve intenso trabalho de campo e de gabinete, prosseguindo-se nos serviços de triangulação e nivelamento de primeira ordem, bem como na determinação das coordenadas geográficas para o levantamento expedito e para fins geodésicos (pontos de LAPLACE).

Os trabalhos de gabinete foram consideráveis, principalmente quanto à preparação das folhas da carta ao milionésimo e à compilação de folhas da carta na escala de 1:250 000.

Foram aproveitadas, para as compilações cartográficas cerca de 17 000 fotografias aéreas trimetrogon, obtidas durante a última guerra, pelos americanos.

Os cálculos referentes aos trabalhos geodésicos tiveram o andamento que foi possível lhes dar, dentro dos recursos disponíveis em pessoal.

De modo geral o C.N.G. sofreu inconvenientes derivados de fatos ocorridos em sua direção geral. Modificações se tornaram necessárias em virtude do rumoroso inquérito administrativo relacionado com tais fatos. A nova administração tem-se esforçado

no sentido de corrigir todos os inconvenientes que foram constatados, no que está sendo bem sucedida, esperando-se que tudo será em breve normalizado.

Conselho Nacional de Estatística — Não seria possível referir, mesmo de passagem, toda a multiforme atuação do Conselho Nacional de Estatística, no interregno dos trabalhos de sua Assembléia Geral. Daí cingir-me apontar, apenas, algumas de suas mais importantes realizações capazes de definir a extensão e a complexidade das tarefas em que esteve empenhado.

O encargo mais relevante, e que exigiu a mobilização dos melhores esforços do Conselho, para colocar-se à altura da responsabilidade assumida, foi a realização do VI recenseamento geral do Brasil, empreendimento que pôs à prova, com os mais felizes resultados, a eficiência da rede nacional de Agências Municipais de Estatística. Realizado em julho de 1950, já em março último, ou seja, nove meses depois do início dos trabalhos de coleta, pôde o Instituto publicar a *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico* com os seus resultados gerais e provisórios, e já inicia, neste momento, com o volume relativo ao Distrito Federal, a divulgação de dados definitivos referentes a cada unidade da Federação. Encontram-se aprovados os planos das Sinopses Regionais que deverão conter os dados preliminares relativos aos censos industrial e comercial e em fase de ultimação o projeto relativo ao censo dos serviços. O ritmo imprimido aos trabalhos de crítica e apuração — a ponto de já aproximar-se da casa dos vinte e cinco milhões o número de cartões perfurados — confere-nos a grata certeza de que dentro dos prazos legais estarão divulgados os resultados do recenseamento geral de 1950.

Vale referir, ainda no campo censitário, o impulso dado pela Secretaria Geral do C.N.E., à publicação dos dados do recenseamento de 1940, desde quando foi essa tarefa colocada em 1949, sob sua responsabilidade direta. Do trinta e cinco tomos previstos no plano de divulgação, dez já se encontram publicados, cinco distribuídos e todos os demais em fase de impressão, no Serviço Gráfico do Instituto.

A melhoria da rede de coleta do Conselho permitiu que a XIV campanha estatística, nada obstante a intercorrência dos trabalhos censitários, tivesse desenvolvimento satisfatório, encerrando-se dentro do prazo

estabelecido. De 1 de outubro a esta data foram distribuídos às Inspetorias Regionais, para a coleta da XV campanha mais de um milhão de questionários. A situação atual dessa campanha pode ser expressa pelo recebimento, até agosto último, de 42% do material relativo ao caderno A e 35% relativo à série Q. Prosseguiram normalmente, por outro lado, os demais inquéritos a que procede a Secretaria Geral, inclusive o levantamento do comércio interestadual, para cujo êxito ainda se faz sentir a ausência de uma Guia Nacional de Exportação.

O Laboratório de Estatística prosseguiu na realização de estudos da mais alta valia, tanto no domínio das pesquisas demográficas, como em relação a aspectos relevantes da economia brasileira. Na série dos "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" mais onze volumes foram lançados oito referentes à estrutura da nossa economia agropecuária e três relativos à estatística demográfica.

A atuação cultural e informativa do Conselho continuou a exercer-se de várias maneiras através do *Anuário Estatístico do Brasil*, lançado em maio deste ano, da *Revista Brasileira de Estatística*, da *Revista Brasileira dos Municípios*, do *Boletim Estatístico* e, ainda, de sinopses relativas a capitais de Estados e Territórios e a municípios de maior importância econômico-social.

Foi lançado, também, o volume da *Divisão Territorial* correspondente ao quadro em vigor neste quinquênio.

Tiveram constantes desenvolvimentos os serviços de informações estatísticas, inclusive através de fecundo intercâmbio com organizações do Exterior.

No plano de cooperação internacional de que o Conselho vem participando ativamente, inclusive através de suas relações com o Instituto Internacional de Estatística e o Instituto Interamericano de Estatística, uma iniciativa merece registro especial: a recente realização, nesta capital, sob os auspícios da F.A.O. e do I.B.G.E. de um Seminário de Apuração Mecânica, destinado ao aperfeiçoamento dos técnicos dos países latino-americanos.

Muitos foram os problemas de natureza administrativa que reclamaram a atenção do Conselho, inclusive o prosseguimento do plano de organização das Agências Municipais e Inspetorias Regionais. Nenhum, entretanto, supera o das dificuldades financeiras que o Conselho vem enfrentando, em face da insu-

ficiência da arrecadação da quota de estatística, para atender aos pesados compromissos da administração da rede de coleta instituída por força dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. É este um problema de primeira urgência, pelos seus reflexos sobre as condições de vida dos nossos dedicados cooperadores em todos os pontos do país, senão mesmo sobre eficiência dos serviços cuja execução nos compete.

Duas ocorrências significativas, estreitamente relacionadas com o prevalecimento dos Convênios, devem ser referidas: o reconhecimento, pelo Tribunal de Recursos, da inteira compatibilidade entre os aludidos acordos e a Constituição Federal de 1946, e a revogação, pela Prefeitura Municipal de Santos, do ato que anteriormente determinara a exclusão do município do sistema estatístico nacional. A 27 de outubro o Egrégio Tribunal Federal de Recursos, em sessão plena, reconheceu unânimemente a constitucionalidade dos Convênios e da cobrança da "quota de estatística", o que anulou a ação de certos elementos que, por motivos exclusivamente materiais, empreenderam campanha sistemática contra a atual organização do sistema de coleta estatística. A Câmara de Vereadores de Santos, por outro lado, convenientemente esclarecida por delegados do Instituto e pela patriótica e incansável atividade de alguns dos seus ilustres pares, reconsiderou, em elevada demonstração de civismo, sua atitude anterior e proporcionou os meios legais necessários para que o grande município paulista novamente se integrasse na comunidade estatística brasileira.

São esses, senhores delegados dos Estados e dos Territórios, as principais informações que julguei necessário vos fôsem prestadas nesta oportunidade. Resta-me reiterar-vos os votos que já formulei, no sentido de que, de vosso contacto com os órgãos representativos dos serviços geográficos e estatísticos da União, resulte um fecundo labor em proveito dos interesses supremos de nossa pátria".

Falaram ainda na ocasião, saudando as delegações estaduais, os engenheiros VALDEMAR PARANHOS DE MENDONÇA, pela ala da Geografia, e AFONSO ALMIRO, pela ala da Estatística. De parte da representação estadual, discursaram, os engenheiros VÍTOR PELUSO JÚNIOR, pela ala da Geografia, representante do Estado de Santa Catarina, e o representante do Piauí, Sr. JOSÉ LOPES DOS SANTOS, pela Estatística.

Os secretários-gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, tenente-coronel EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA e Dr. VALDEMAR LOPES, respectivamente, fizeram as chamadas dos delegados à Assembléia, que ficou assim constituída: 1) Assembléia de Geografia: a) Delegação federal: Ministério da Aeronáutica — Tenente-coronel ALMIR SOUSA MARTINS; Ministério da Agricultura — Engenheiro ALBERTO ILDEFONSO ERICKSEN; Ministério da Educação e Saúde — Professores CARLOS DELGADO DE CARVALHO e FERNANDO RAJA GABAGLIA; Ministério da Guerra — Coronel LANNES JOSÉ BERNARDES JÚNIOR; Ministério da Justiça — Dr. EUGÊNIO VILHENA DE MORAIS; Ministério da Marinha — Vice-almirante ANTÔNIO GUIMARÃES; Ministério das Relações Exteriores — Delegado-técnico, coronel RENATO B. R. PEREIRA e, representante especial conselheiro MÁRIO SANTOS; Ministério do Trabalho — Engenheiro PÉRICLES DE MELO CARVALHO; Ministério da Fazenda — Engenheiro ULPIANO DE BARROS; Ministério da Viação — Engenheiro FLÁVIO VIEIRA; Prefeitura do Distrito Federal — Engenheiro VALDEMAR PARANHOS DE MENDONÇA; Conselho Nacional de Estatística — Engenheiro MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA; Território do Acre — Professor ANTÔNIO TEIXEIRA GERRA; Território do Amapá — Professor RAIMUNDO EXPEDITO DO AMARAL; Território do Guaporé — Drs. MOACIR MIRANDA e LAFAIETE PEREIRA GUIMARÃES (assessor); e Território do Rio Branco — Professor MÁRIO LEOPOLDINO SAMPAIO. b) Delegação estadual: Alagoas — Professor FRANCISCO XAVIER COSTA; Amazonas — Professor TEMÍSTOCLES GADELHA; Bahia — Engenheiro LAURO SAMPAIO; Ceará Engenheiro PAULO FERREIRA e Dr. JOSÉ ALVES LINHARES — (assessor); Espírito Santo — Engenheiro CÍCERO MORAIS; Goiás — Professor GERALDO CAMPOS; Maranhão — Professora MARIA JOSÉ SAMPAIO FREITAS; Mato Grosso — Engenheiro VIRGÍLIO COFREIA FILHO; Minas Gerais — Engenheiro VALDEMAR LOBATO; Pará — Professor JOSÉ COUTINHO DE OLIVEIRA; Paraíba — Dr. LEON FRANÇOIS CLEROT; Paraná — Engenheiro ALCEU TREVISANI BELTRÃO; Pernambuco — Dr. MÁRIO CARNEIRO DO RÊCO MELO; Piauí — Dr. MANUEL DIÉGUES JÚNIOR; Rio de Janeiro — Engenheiro LUÍS DE SOUSA; Rio Grande do Norte — Professor JOSÉ JOÃO FREDERICO ABBOTT GALVÃO; Rio Grande do Sul — Engenheiro ARQUIMÍNIO TEIXEIRA; Santa Catarina — Engenheiro VÍTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR; São Paulo — Dr. BUENO DE

AZEVEDO FILHO; Sergipe — Professor ALFERDO MONTES DE ARAÚJO PINTO. 2) Assembléia de Estatística: a) Delegação federal: Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Dr. RUBENS PÔRTO; Ministério da Fazenda — Dr. AFONSO ALMIRO; Ministério da Agricultura — Dr. RAUL LIMA; Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria — Dr. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA; Ministério da Guerra — Tenente-coronel DURVAL CAMPELO DE MACEDO; Ministério da Marinha — Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA; Ministério da Aeronáutica — Major ÁLVARO BARBOSA; Ministério da Viação e Obras Públicas — Dr. MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA; Ministério das Relações Exteriores — Conselheiro CARLOS ALBERTO GONÇALVES; Ministério da Educação e Saúde — Dr. GERMANO JARDIM; Território do Acre — Dr. RAUL ARANTES MEIRA; Território do Amapá — Dr. CLÓVIS PENA TEIXEIRA; Território do Guaporé — Dr. CARLOS MENDONÇA; Território do Rio Branco — Dr. ARISTÓTELES LIMA CARNEIRO; órgãos filiados ao Instituto — Dr. RAUL PINHEIRO MACHADO. b) Delegação estadual: Alagoas — Dr. MARCELO AROUCHE; Amazonas — Dr. LEOPOLDO PERES SOBRINHO; Bahia — Dr. FILIPE NÉRI DO ESPÍRITO SANTO; Ceará — Dr. TOMÁS GOMES DA SILVA; Distrito Federal — Dr. GUARACI LOPES DE CASTRO; Espírito Santo — Dr. ANTÔNIO LUGON; Goiás — Dr. GERALDO CAMPOS; Maranhão — D. HIPÁTIA DAMASCENO FERREIRA; Mato Grosso — D. HORMINDA PITALUGA DE MOURA; Minas Gerais — Dr. HILDEBRANDO CLARK; Pará — Dr. WILKENS PRADO; Paraíba — Dr. LUÍS DE OLIVEIRA PERIQUITO; Paraná — Dr. CARLOS GRADOWSKI; Pernambuco — D. MARIA DO CARMO GOMES; Piauí — Dr. JOSÉ LOPES DOS SANTOS; Rio de Janeiro — Dr. ALDEMAR ALEGRIA; Rio Grande do Norte — Dr. JOSÉ FREDERICO ABBOTT GALVÃO; Rio Grande do Sul — Dr. MAURICIO FILCHTINER; Santa Catarina — Dr. ROBERTO LACERDA; São Paulo — Dr. ALBANO FERREIRA COSTA; Sergipe — Prof. JOSÉ CRUZ.

A partir do dia 2, reuniram-se separadamente as duas Assembléias, a de Geografia na sede do Conselho Nacional de Geografia, e de Estatística, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, prosseguindo-se os trabalhos até o dia 12, quando foi dado por encerrados os trabalhos.

ASSEMBLÉIA DE GEOGRAFIA

Às 14 horas do dia 2, na sala "Teixeira de Freitas", no 13.º andar do Conselho Nacional de Geografia, iniciou seus trabalhos a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. A primeira reunião teve a presidência do general DJALMA POLLI COELHO, presidente do I.B.G.E. Depois de apresentadas à mesa, as credenciais dos diversos delegados, o senhor secretário-geral do C.N.G., apresentou o relatório das atividades do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, referente ao período de setembro de 1950 a agosto de 1951.

Nos dias subseqüentes, a Assembléia, dedicou-se ao estudo dos vários projetos de resolução apresentados, e exame dos diversos relatórios apresentados pelos senhores delegados, moções, sugestões, comunicações etc. em torno dos mais variados assuntos relacionados com a técnica administrativa e geográfica.

RELATÓRIOS

Dos relatórios apresentados, destacam-se os dos Estados de Santa Catarina, assinado pelo Eng.º VÍTOR PELUSO JÚNIOR. Dentre as atividades registradas pelo órgão re-



Fig. 2 — Aspecto tomado durante os trabalhos da Assembléia Geral da ala de Geografia, realizada na sala "Teixeira de Freitas" do C.N.G., vendo-se o Eng.º Vitor Antônio Peluso Júnior, representante do Estado de Santa Catarina, quando procedia à leitura do relatório referente às atividades geográficas processadas naquele Estado.

Procedeu-se em seguida às eleições das comissões técnicas, que ficaram assim constituídas: "Comissão de Coordenação" Engenheiros MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, FLÁVIO VIEIRA, LAURO SAMPAIO, VALDEMAR LOBATO e LUÍS DE SOUSA, e Tenente-coronel EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA.

"Comissão de Redação": Dr. PÉRICLES DE MELO CARVALHO, Comte. ALEXANDRINO DE PAULA FREITAS SERPA, Dr. LAFAIETE PEREIRA GUIMARÃES, Eng.º VIRGÍLIO CORREIA FILHO, Eng.º ARQUIMÍNIO TEIXEIRA e Dr. MÁRIO MELO. Esta eleição foi objeto da primeira resolução aprovado pela Assembléia.

gional de geografia naquele Estado do Sul, sobressairam-se trabalhos cartográficos referentes aos mapas do Estado, nas escalas 1:800 00 e 1:500 00, renovação de mapas de diversos municípios, cartogramas diversos, desenhos, e centenas de cópias heliográficas de trabalhos de natureza cartográfica além de farta documentação geográfica.

Estado do Rio de Janeiro — Nas atividades desenvolvidas pelo órgão geográfico do Estado do Rio de Janeiro, focalizou-se, por sua natureza estritamente geográfica, o seguinte:

a) Desenho e cópia da planta do terreno situado entre a linha férrea da E. F. Leopoldina e rio Macacu para esclarecimentos de rumos — escala 1:2 000; b) Desenho da faixa divisória entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo; c) Sete fôlhas coloridas com os respectivos marcos, de 1 a 72, entre o Estado do Rio e São Paulo — escala 1:100 000; d) Cópia do mapa do município de Niterói; e) Retoques no mapa do Estado do Rio na escala de 1:1 000 000; f) Confeção de 5 cópias do Estado do Rio na escala de 1:1 000 000 com a posição dos grupos escolares, preparo de legenda em 5 cores; g) Cópia da carta da baía de Guanabara, levantamento executado pela Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha, escala 1:500 000; h) Cópia em vegetal do município de São Gonçalo; i) Seis cópias coloridas do mapa do Estado do Rio; j) Cópia parcial, em vegetal, de Angra dos Reis; k) Desenho de duas fôlhas do levantamento do município de Cachoeiras do Macacu na escala de 1:200; l) Redução e desenho da planta da fazenda da Lapa em 4 fôlhas — da escala de 1:4 000 para a escala de 1:20 000; m) Retoques numa planta do município de Niterói; n) Cópia e trabalho no mapa Progresso do I.G.C. (limite) Estado de Minas Gerais e Estado do Rio com 6 cópias coloridas em 4 cores; o) Cópia em vegetal da estância Itaporã ex-Fazendinha União no Estado de São Paulo; p) Duas cópias em vegetal do desenho, levantamento da cachoeira do Macacu; q) Cópias das fôlhas, em conjunto 1-2-3 com respectivo caminhamento e triangulação de Cachoeiras de Macacu na escala de 1:2 500; r) Cópia em vegetal do esquema da triangulação executada pelo Serviço Geográfico do Exército — Niterói — São Gonçalo escala 1:50 000; s) Cópia em vegetal da planta da fazenda Laranjeiras — Município de Parati — Estado do Rio de Janeiro — escala 1:20 000; t) Cópia em vegetal de um trecho entre Angra dos Reis — Itaverá e Mangaratiba na escala de 1:100 000; u) Redução de um mapa, do município de Rio Bonito da escala de 1:50 000 para 1:200 000.

Foram efetuados outros vários levantamentos de diversos pontos do território fluminense.

Estado da Bahia — Destaca-se, a elaboração de uma nova carta geral do Estado, na escala de 1:100 000, já em fase bem adian-

tada, estando ainda parte dos trabalhos, a cargo do C.N.G. de outros assuntos de ordem administrativa, trata o relatório.

Estado de Minas Gerais — Neste Estado, conforme consta do relatório apresentado à Assembléia, foram revistos os cálculos das áreas dos 388 municípios componentes dessa unidade federada, fixação das cidades e vilas; elaboração de cerca de 17 recém-criadas; cartas dos municípios, preparo de diversos desenhos destinados à carta do Estado, na escala de 1:100 000, que está sendo elaborada pelo processo fotográfico; levantamento geodésico de vários pontos do território do Estado, com a colaboração do C.N.G.; foram executados mais de três mil quilômetros de nivelamento e contra-nivelamento de precisão; etc.

Estado do Pará — O relatório focaliza o problema da caracterização dos rios amazônicos, questão esta ventilada por cientistas de nomeada, em épocas diferentes; fixação de denominações de rio Pará e rio Juaiará, aos cursos ao sul da ilha de Marajó e da foz do rio Capim e Guamá até a parte sul da ilha das Onças, etc.

Território do Acre — O Prof. ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA, representante dessa unidade, destacou em seu relatório, os serviços de coleta de dados e observações meteorológicas; levantamentos topográficos num total de 84 quilômetros; ação de grupos de geógrafos do C.N.G. em missão de estudos e pesquisas, como preparação para aplicação do método de reconhecimento aéreo da Hiléia Amazônica, chamando atenção de que a geografia científica ainda não estava bem orientada no Território.

Território do Amapá — Elaborou uma carta, atualizada, do Estado, e de vários trechos do Território, para fins econômicos; apresenta quadros referentes a características das estações meteorológicas, e observações nas estações localizadas no Território, levantamento topográfico de vários trechos.

Estado de São Paulo — O Prof. BUENO representante do Estado de São Paulo, destaca entre as atividades principais do órgão de geografia: distribuição de mais de dois mapas municipais, três mil cartogramas, e centenas de fotografias; medidas concernentes à proteção dos sambaquis do Estado;

publicação da carta geral do Estado, na escala de 1:750 000; da fôlha topográfica de Jaú e da revista *O.I.G.G.*

Além das unidades acima referidas, tôdas as demais apresentaram relatórios de suas atividades no campo da geografia e ciências correlatas, e aspectos peculiares às respectivas regiões.

PUBLICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Durante os trabalhos da Assembléia, foram distribuídos aos delegados, exemplares da *Revista Brasileira de Geografia*, mapas de diversos Estados, separatas de trabalhos publicados na *R.B.G.* e *Boletim Geográfico*; fôlhas da carta geral do Brasil, em elaboração; *Jornal do Comércio*, onde é inserido um noticiário completo sobre os trabalhos da Assembléia; e muitas outras publicações apresentadas por vários delegados.

CONFERÊNCIAS

Como parte integrante, dos trabalhos da Assembléia, foram programadas diversas outras atividades paralelas aos seus trabalhos. Neste sentido, o Prof. RUELLAN, conhecido cientista francês, ora prestando sua colaboração ao Conselho Nacional de Geografia, proferiu no dia 6, uma conferência sob o tema: "O mapa geomorfológico da bacia do vale do São Francisco, e os problemas de planejamento".

EXCURSÃO

Ainda sob a orientação do Prof. FRANCIS RUELLAN, houve no dia 9, uma excursão geográfica, a Teresópolis, sendo organizado para tal, um "guia", onde é estabelecido um perfil a partir do Rio de Janeiro, até as cidades de Petrópolis e Teresópolis, com farta documentação fotográfica.

RESOLUÇÕES

Foram aprovadas, pela Assembléia, durante seus trabalhos, as seguintes resoluções:

- 321 — Elege os membros das Comissões Regimentais de Coordenação e Redação da XI sessão ordinária da Assembléia Geral.
- 322 — Associa-se às homenagens prestadas ao professor Dr. MÁRIO DE VASCONCELOS DA VEIGA CABRAL.
- 323 — Aprova congratulações com o governo e com o povo do Estado do Espírito Santo.
- 324 — Prorroga o prazo de apresentação da consolidação da legislação orgânica do Conselho.
- 325 — Determina o prosseguimento dos estudos relativos à Baixada Fluminense.
- 326 — Aprova as contas do Conselho, relativas ao exercício de 1950.
- 327 — Dispõe sobre a dotação orçamentária para a Assembléia Geral e dá outras providências.
- 328 — Autoriza a Secretaria Geral a promover acordos ou convênios para a elaboração de mapas municipais.
- 329 — Dispõe sobre a elaboração do Regimento da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.
- 330 — Encarece a delimitação das áreas urbana e suburbana da cidade do Rio Branco.
- 331 — Autoriza pagamento de gratificação especial aos servidores do Conselho que prestem serviços extraordinários junto à Assembléia Geral.
- 332 — Adia o reexame do quadro da divisão regional do Brasil, previsto na resolução n.º 143, da Assembléia Geral.
- 333 — Propõe que a Assembléia Geral de 1953 se realize na capital do Estado do Paraná.
- 334 — Salienta o significado cultural do I Congresso Brasileiro de Folclore e faz recomendação.
- 335 — Aplauda a realização do plano de documentação da vida rural.
- 336 — Formula um apêlo ao Poder Legislativo a respeito da separação dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia.
- 337 — Sugere alterações nas normas toponímicas.
- 338 — Dispõe sobre a admissão de estagiários para a Divisão de Geografia.
- 339 — Funde as carreiras de Geógrafo-Auxiliar e Geógrafo.
- 340 — Autoriza o pagamento de alimentação e dá outras providências.
- 341 — Homenageia a memória de brasileiros ilustres falecidos no período de setembro de 1950 a agosto de 1951, que contribuíram para o progresso da geografia do País.
- 342 — Registra nos anais do Conselho acontecimentos de interesse para a Geo-

- grafia Nacional ocorridos desde setembro de 1950.
- 343 — Sugere medidas para garantir a permanência dos sinais de triangulação, de nivelamento e de observações astronômicas.
- 344 — Prescreve medidas para a instalação de Serviços Geográficos nos Estados e nos Territórios.
- 345 — Dispõe sobre a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas da Assembléia.
- 346 — Recomenda a distribuição de publicações do Conselho às Faculdades de Filosofia.
- 347 — Dispõe sobre o preparo do mapa do Estado do Amazonas.
- 348 — Elege os membros das Comissões Técnicas Permanentes e estabelece os temas para estudos.
- 349 — Preenche vagas no Corpo de Consultores Técnicos Nacionais do Conselho.
- 350 — Institui reuniões de consulta entre o Conselho Nacional de Geografia e os órgãos geográficos regionais.
- 351 — Autoriza reduções e suplementações de verbas no orçamento vigente do Conselho.
- 352 — Autoriza o Diretório Central a fixar o orçamento anual do Conselho, para o exercício de 1952.
- 353 — Autoriza a Secretaria-Geral a aplicar as rendas auferidas com a venda de publicações e outras.
- 354 — Elege os membros da Comissão Regimental de Orçamento e Tomada de Contas da XII sessão ordinária da Assembléia Geral.
- 355 — Recomenda medidas de incentivo da urbanização das cidades e vilas brasileiras.
- 356 — Sugere a participação de técnicos do C.N.G. nos estudos e empreendimentos, que estão sendo levados a efeito pelos governos da União e dos Estados, em várias regiões do País.
- 357 — Autoriza a Secretaria-Geral a mandar proceder ao levantamento biogeográfico da baía de Marajó.
- 358 — Solicita o reconhecimento dos Diretórios Regionais de Geografia.
- 359 — Recomenda ao C.N.G. seja efetuada, com a maior presteza, a revisão da divisão regional do País.
- 360 — Dispõe sobre o horário de expediente da Secretaria-Geral do Conselho.
- 361 — Autoriza estudos e providências em favor do aumento de vencimentos dos servidores do Conselho.
- 362 — Aprova os atos do Diretório Central do Conselho relativos ao período de setembro de 1950 a agosto de 1951.
- 363 — Introduce alteração no Regulamento de Promoções do Pessoal do Conselho.
- 364 — Oferece cooperação para organização do Museu Oceanográfico a ser instalado pelo Conselho Nacional de Pesquisas na Ilha Brocoió.
- 365 — Autoriza a adoção, em caráter experimental do Regimento Interno do Diretório Central.

ENCERRAMENTO

No dia 12, às 21 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; foi solenemente encerrada a Assembléia, tendo comparecido todos os representantes, delegados federais, estaduais e grande número de autoridades civis e militares.

Inicialmente falaram os secretários-gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, Tenente-coronel EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA e Sr. VALDEMAR LOPES, que apresentaram sucintos relatórios das atividades de cada Assembléia. Seguiram-se com a palavra o Dr. CÍCERO DE MORAES, representante do Estado do Espírito Santo na Assembléia do C.N.G.; MAURÍCIO FILCHTNER, da delegação do Rio Grande do Sul, junto à Assembléia de Estatística, Dr. RAUL LIMA representante do Ministério da Agricultura na Estatística, e Comte. ALEXANDRINO DE PAULA FREITAS SERPA, que representou o Ministério da Marinha junto à Assembléia do Conselho Nacional de Geografia, cujo discurso se transcreve em seguida:

“Exmo. Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Exmo. Sr. Governador do Território do Rio Branco.

Demais Membros da Mesa.

Prezados companheiros das Delegações Estaduais,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

É esta a segunda vez que me cabe a honra de vir a esta tribuna para fazer a saudação de despedida às delegações estaduais. Despedida, porém, que, já está convenciona-
nada por quantos me antecederam, não tem o caráter de separação que normalmente sugere o vocábulo; e assim é porque os fatos

têm provado que as atividades geográficas e estatísticas não sofrem descontinuidade no seu desenvolvimento. Formamos, todos, um grupo homogêneo e coeso, que trabalha pelo engrandecimento da Pátria no setor para o qual nos orientaram as preferências ditadas pelo espírito, hoje consubstanciadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e nos vários órgãos do serviço público em que se realizam trabalhos geográficos. E assim procedemos porque sentimos o desejo de concorrer, de maneira objetiva, com a nossa parcela na construção do Brasil, assim denominando-se a sua independência econômica, da qual decorre — prova-nos a História — a independência política.

Não há, meus senhores, exagêro nesta afirmação: porque se emprestarmos aos trabalhos de Geografia e Estatística o seu verdadeiro sentido, de atividades fundamentais no estudo dos problemas econômicos, verificaremos não existir considerável distância entre os campos onde uns e outros se desenvolvem; e que, ao contrário, constituem fases distintas de uma só realização. Porque o objetivo da moderna Geografia consiste no estudo das relações do homem com o meio, visando ao estabelecimento das melhores condições de sua fixação à terra, daí resultando, em consequência lógica, o aproveitamento racional das riquezas naturais.

A Geografia é, assim, como que o primeiro passo no desenvolvimento de um plano econômico. E se lançarmos os olhos para sua estrutura, como ciência, vê-la-emos na forma de edifício majestoso, cujos alicerces estão representados pelo seu aspecto matemático, a que denominamos cartografia. Foi raciocinando desta maneira, meus senhores, que, na preocupação de mostrar estarmos integrados na comunidade que trabalha pelo engrandecimento econômico do país, uma vez defendi a tese de que um Brasil cartografado significa um Brasil maior. Na verdade, somente possuindo cartas e mapas, poderá o geógrafo embrenhar-se pelas regiões muitas vezes agressivas que ameaçam deter-lhe o passo, poderá o estatístico penetrar no sertão mais denso, com o propósito de colher as informações destinadas a completar o estudo das possibilidades econômicas.

Em matéria de cartografia, meus prezados companheiros, desejo salientar um significado que teve a nossa reunião. Permiti, porém, que antes vos recorde um apêlo que desta mesma tribuna fiz em minha saudação, no ano próximo findo. Orientando

minhas palavras pelo senso objetivo resultante de muitos anos em serviço de campo, formulei naquela oportunidade uma sugestão no sentido de trazermos para a reunião que hoje encerramos, um acervo que bem pudesse provar a operosidade que o nosso país desenvolve no campo da Geografia. Particularizei, nesta ordem de idéias, os trabalhos cartográficos, especialista que sou. E tive a satisfação de ver o meu apêlo atendido, se não na forma de mapas já elaborados, pelo menos na demonstração evidente de que o problema está, como dizemos em linguagem matemática, “pôsto em equação”. Um dos acontecimentos característicos de nossa reunião foi, sem dúvida, a troca de idéias e o estabelecimento de planos, tendentes, uns e outros, a coordenar os trabalhos cartográficos, de maneira que possamos ter, em futuro não muito distante, a representação de nosso território, pelo menos na parte que interessa aos objetivos imediatos. Vi, meus senhores, em muitos dos trabalhos que realizamos, a demonstração de que toma formas definidas o esboço de coordenação que, de dois anos a esta parte, se vem manifestando nos serviços cartográficos do Exército, da Marinha e do Conselho Nacional de Geografia.

Partindo de uma rede estabelecida pelo Serviço Geográfico do Exército, no Estado do Rio Grande do Sul, desenvolveu o Conselho um trabalho geodésico da primeira ordem de precisão ao longo do meridiano central do país, estendendo, em várias latitudes, verdadeiros braços de triangulação para o litoral, aos quais se veio ligar a rede estabelecida pela Marinha, num verdadeiro congaçamento dos três órgãos operantes. E, como que a confirmar esta idéia de coordenação à rede do litoral vieram unir-se trabalhos que os Serviços Estaduais e as Municipalidades desenvolvem nas regiões que lhes cumpre estudar e desenvolver. E se animadores foram os resultados colhidos no passado, promissores são os efeitos que esperamos, no futuro, em consequência dos entendimentos que realizamos em nossa reunião.

Êste mesmo espírito de coordenação que a meu ver caracterizou os nossos trabalhos em mim desperta, prezados companheiros, outra idéia que muito depõe a nosso favor. Pertencemos, forçoso é reconhecer, a um país cujos habitantes se vangloriam de tudo resolver pela improvisação; mas também a um país que, por isso mesmo, se esquece de que se aceitasse a idéia de aliar um pouco de método a esta capacidade de improvisar,

obteria muito maiores resultados nos empreendimentos que inicia. Foi pois, com satisfação que encontrei em nossos trabalhos, êste outro sentido que agora vos aponte, qualificando-o de fixação das tendências coordenadoras recentemente manifestadas na Cartografia.

Meus Senhores:

Temos, nós, brasileiros, a grande responsabilidade de manter unido êste vasto território, de vez que nossos antepassados assim no-lo entregaram. Não preciso lembrar-vos de que a época atual caracteriza-se pela procura de reservas ainda não exploradas; a nossa Amazônia, as regiões do minério, as praias de areias monazíticas, o fértil solo dos Estados do Sul, tôdas estas regiões estão a solicitar a nossa atenção, a pedir o nosso cuidado, no desejo ardente de se conservarem sempre brasileiros. Temos, em nossa formação, e isto posso testemunhar, marinho que sou, o feitio simples de uma hospitalidade já proverbial; gente do norte e do sul, do litoral e do sertão identifica-se com a maior facilidade, imana-se verdadeiramente, no mais franco entendimento. É claro, porém, que só a mobilidade do homem pode assegurar a união assim esboçada, que julgo imprescindível à nossa ordem como nação soberana; e esta união, de que foram pioneiras as corporações armadas, não só recebendo, em suas fileiras, gente de tôdas as procedências, como deslocando-se para todos os pontos do território, esta união — dizia — tem agora a seu serviço aquêles que trabalham nas atividades geográficas e estatísticas, em consequência da orientação que se vem dando aos trabalhos do Instituto. E êste outro aspecto das nossas reuniões é obra tanto vossa quanto daqueles que exercem atividades na capital.

É, pois, meus amigos, com a convicção de que teremos um Brasil maior que vos fallo; é com satisfação que me reporto aos trabalhos da XI Assembléia, pelo seu alto significado cultural e pelo patrimônio moral que representou; é com alegria que me refiro, em nome da representação federal, à oportunidade que tivemos de estabelecer novas amizades e consolidar as antigas; é com um sentimento de irmão que vos desejo as maiores venturas em vossos lares; e é com o coração que vos manifesto o desejo de logo nos reunirmos na XII Assembléia Geral. Boa Viagem”.

O general DJALMA POLLI COELHO, dando por encerrada a solenidade, pronunciou as seguintes palavras:

“Chegamos, assim, ao término feliz desta XI Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nesta oportunidade é para mim sumamente grato dizer-vos que, de acôrdo com os discursos que acabamos de ouvir dos dignos secretários gerais tudo correu muito bem, dentro de um fraterno espírito de colaboração e de amizade.

Os resultados que colhestes, em porfioso trabalho de muitos dias, foram igualmente bons. Rejubilemo-nos, portanto, com uma e outra dessas cousas. Quero declarar-vos aqui que a presidência do Instituto fará tudo o que estiver ao seu alcance para que as resoluções tomadas pelos dois corpos deliberativos da Assembléia, sejam efetivamente postas em prática, com a exatidão desejada e nos seus devidos tempos.

A presidência está empenhada, junto ao govêrno federal, no sentido de que sejam ampliados os recursos que o Conselho Nacional de Estatística recebe do Tesouro para a manutenção da Secretaria-Geral, de tal modo que seja possível destinar maior soma de dinheiro à manutenção do sistema nacional de Agências Municipais e de Inspetorias Regionais.

As Inspetorias Regionais, em muitos Estados, carecem de instalações adequadas bem como de veículos em número suficiente para garantir o serviço de coleta. As Agências Municipais, especialmente as Agências-Modelo, precisam também de veículo e de bibliotecas, além de mais alguns funcionários. Essas Agências terão de desempenhar um grande papel quando chegar o momento de empregarmos a técnica de amostragem.

No domínio das atividades geográficas, os nossos problemas, estudados nesta Assembléia, revelaram apreciável avanço quanto ao que se está fazendo nos Estados e nos serviços federais, inclusive no Conselho Nacional de Geografia. Ficamos, entretanto, com a consciência nítida de que há muito o que fazer em matéria de produção de mapas. Isso nos leva a pensar que é grande e urgente a necessidade de incentivar o programa cartográfico do Brasil. Acabamos, mais uma vez, de verificar que não temos ainda uma razoável adaptação de nossos trabalhos aos importantes problemas que o atual govêrno tem em vista, conforme tem sido anunciado ao País.

É preciso, portanto, que tanto na Estatística como na Geografia, estabeleçamos uma mais perfeita coordenação entre o que estamos fazendo e o que a nação está reclamando de nós, a fim não podermos nunca ser acusados de parecermos alheios à vida nacional que, agora mais do que no passado, exige homens práticos, como soluções práticas para os problemas práticos. Verifiquei,

nesta Assembléia, que isso foi de certo modo o que procurastes fazer. Mas julgo necessário que continuemos a pensar em aperfeiçoar a nossa obra cada vez mais.

Oxalá, senhores delegados, possamos no ano vindouro estar novamente aqui reunidos para constatar os bons frutos da nossa seara atual e para a semeadura de ainda melhores frutos, em benefício de nossa pátria”.

I Congresso dos Municípios do Sul e Sudoeste do Estado da Bahia

Entre 7 e 10 de julho do corrente ano, reuniu-se na cidade baiana de Jequié o I Congresso dos Municípios das Zonas Sul e Sudoeste do Estado da Bahia.

Organizado pela Associação dos Municípios da Bahia, contou o certame com o patrocínio do governo estadual e da prefeitura municipal de Jequié.

Fizeram-se representar no Congresso os seguintes municípios: Amargosa, Aratuípe, Boa Nova, Camamu, Ilhéus, Ipiáú, Itabuna, Itaquara, Itiruçu, Ituaçu, Ituberá, Jaguaquara, Jequié, Jequiriçá, Maracás, Marauá, Mutuípe, Nazaré, Poções, Santa Inês, Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas, Tapera, Ubaíra, Ubaitaba, Una, Valença, Vitória da Conquista, Itambé e Laje.

Presente esteve também numerosa delegação da Cidade do Salvador, da qual fizeram parte o próprio prefeito IVES ORLANDO DE OLIVEIRA e membros da Câmara dos Vereadores local.

Fato verdadeiramente expressivo, e que bem demonstra a importância da reunião de Jequié, foi a presença no mesmo de quase todos os membros do governo da Bahia, inclusive o governador RÉGIS PACHECO, a quem coube a presidência de honra do Congresso.

Assuntos de relevância e do mais alto interesse foram tratados no Congresso. Os trabalhos decorreram numa atmosfera de perfeita cordialidade, resultando dos debates que o animaram conclusões objetivas e sugestões do mais elevado alcance.

Uma das questões constantes do temário e que mais vivamente interessaram, é a que diz respeito à utilização do potencial hidroelétrico do baixo rio de Contas, o que virá trazer grandes benefícios às localidades compreendidas no seu raio de influência, par-

ticularmente os municípios de Jequié, Upiáú, Ubaitaba, Marauá, Camamu, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Una, Boa Nova, Poções e Vitória da Conquista.

18 trabalhos foram apresentados, como tese. São estes os seguintes: *Agrupamento de Municípios como Fator de Desenvolvimento Político, Social e Econômico*, de EMERSON PINTO DE ARAÚJO; *A Eletrificação Rural e a Central Hidroelétrica do Funil*, de OSVALDO RIOS; *Aproveitamento das Cachoeiras do Funil e Pancada Grande*, de JAIME FURTADO DE SIMAS; *Nova Composição das Câmaras Municipais*, de JOSÉ NEWTON NOGUEIRA; *Ensino de Direito e Ciências de Administração Municipal*, de IVES ORLANDO DE OLIVEIRA; *O Município, sua Importância Social e Ação na Reforma da Agricultura*, de LELIVALDO ANTÔNIO DE BRITO; *Alargamento de Rodovias e Defesa dos Direitos dos Pequenos Lavradores*, de AGRÁRIO SANTOS FRANÇA; *Recomendações sobre Bacia Hidráulica, Regiões Municipais e Diretrizes Econômicas*, de DONACIANO ALCÂNTARA FILHO; *Proposições ao I Congresso Municipalista da Bahia*, MÍLTON SANTOS; *Problemas do Municipalismo*, BASÍLIO MACHADO DA SILVA; *Sugestões ao I Congresso Municipalista da Bahia*, IVES ORLANDO DE OLIVEIRA; *Indicações ao Congresso Municipalista*, CLARINDO BERNARDO BARREIRO; *Tratamento de Águas*, de JOSÉ DE ARAÚJO FERREIRA; *Água e Energia Elétrica*, de JAIME FURTADO DE SIMAS; *O Instituto do Cacau da Bahia e suas Beneméritos Atividades*, SILVINO KRUSCHENSKY; *Recomendação para a Criação de Bibliotecas e Museus nos Municípios Baianos*, de AJAX BALEEIRO; *Mecanização da Lavoura*, de EVANDRO LIMA TABAJARA; *Recomendações ao I Congresso dos Municípios Baianos*, Câmara de Vereadores de Nazaré.